

A PESSOA INCLUSIVA EM BAKAIRI: MORFOLOGIA PRONOMINAL E ONTOLOGIA EM LÍNGUAS CARIBE¹

EVANDRO DE SOUSA BONFIM²

UFRJ

RESUMO: *O objetivo do artigo é comparar a pessoa inclusiva do bakairi com os pronomes pessoais correspondentes em línguas Caribe próximas (ykpeng e kuikuro), de forma a identificar a quantidade e a natureza dos morfemas que os constituem, em especial as marcas de pessoa, a relação dual e a inclusividade. Além da função gramatical, tais morfemas estão intimamente relacionados com mecanismos discursivos relativos à expressão da identidade e da alteridade nos grupos indígenas (processos ontológicos linguisticamente marcados). Como resultado, pretende-se reinterpretar a expressão linguística formal da relação entre número e posições enunciativas para a pessoa inclusiva.*

PALAVRAS-CHAVE: *pronomes; ontologia; línguas caribe; dual.*

ABSTRACT: *The paper compares the inclusive person in Bakairi language with the corresponding set of personal pronouns in others Southern Cariban languages (Ykpeng and Kuikuro), in order to identify the type of morphology involved, namely person marks, the dual relationship and inclusivity. Besides their grammatical functions, such morphemes are closely related to discursive devices used to express notions of identity and alterity within indigenous groups (ontological process linguistically marked). As such, it offers a reanalysis of the formal linguistic expression for the inclusive person regarding its connection with number and deictic positions.*

KEYWORDS: *pronouns; ontology; karib family; dual.*

¹ Agradeço à professora Tânia Clemente de Souza, maior pesquisadora da língua e cultura bakairi, pela orientação e compartilhamento das informações que resultam no artigo aqui apresentado. Agradeço também a Bruce Mannheim pela discussão sobre a natureza da pessoa inclusiva em línguas ameríndias e a Patrick Menget por conversas sobre as categorias ontológicas ykpeng. Os dados bakairi presentes no texto estão em forma ortográfica e se referem à obra de Souza (1999) e material colhido pelo autor em trabalho de campo realizado em março de 2013. Os dados das demais línguas Caribe são tirados de Pacheco (1997), Campetella (1997) e Menget (2001), para o ykpeng; Franchetto (2001) e Santos (2007) para o kuikuro.

² Pesquisador Colaborador do Setor de Linguística/Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ desde 2012. Desenvolve pesquisa sobre a relação entre Cosmologia e Língua junto ao povo Bakairi e estudos comparativos sobre a família linguística Caribe. Doutor (2012) e Mestre (2004) em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ; Especialista em Línguas Indígenas Brasileiras pelo Museu Nacional/UFRJ (2011). E-mail: evandrobonfim@hotmail.com.

*No member exists for himself or has his own existence.
He is always an element in a duality.
And while for us they show two individuals,
for the Canaque they show a relationship*

Maurice Leenhardt (1979, p. 49).

Introdução

Na série de pronomes pessoais em bakairi (Bk), língua do ramo sul da família Caribe, há um termo correspondente ao que as análises gramaticais tradicionais chamam de “nós inclusivo”, *kura*, que também é um item lexical que significa gente, em contraste com os seres originários identificados com os animais atuais (*anguido*), conforme o mito de criação da humanidade através da luz emitida por Xixi (SOUZA, 1999). Somente a forma não marcada do termo – i.e., não sucedida por outra palavra especificando o tipo de povo – se refere aos Bakairi, não aparecendo assim como denominação exclusiva do grupo.

Os Bakairi somam atualmente 1.100 pessoas vivendo em duas terras indígenas, a Santana e a Bakairi, localizadas respectivamente nos municípios de Nobres e Paranatinga, no estado de Mato Grosso, Centro-Oeste do Brasil. A pesquisa linguística e etnográfica na qual se baseia o artigo foi realizada nas aldeias Pakuera e Kaiahoalo, dizendo respeito, portanto, à variante da língua falada na Terra Indígena Bakairi. Entre os informantes do autor está o xamã (*piaji*) Vicente Kaiawa, um dos Bakairi mais idosos versados no conhecimento de seu povo, de quem pude ouvir, em língua nativa, diversos relatos sobre a cosmogonia do grupo Caribe.

Embora não seja rara nem exclusiva, tal opção de escolher uma palavra de escopo originalmente gramatical, conforme evidências que serão dadas a seguir a partir da comparação com outras línguas Caribe, se mostra relativamente diferenciada em comparação com outros grupos indígenas, que não precisam realizar a derivação de categoria gramatical (pronome/valor gramatical → substantivo/conteúdo lexical) para selecionar o termo que condensa a noção do que é ser gente para

o grupo³.

O que, então, a proveniência pronominal de *kura* e a operação gramatical de derivação categorial têm a mostrar sobre as concepções de humanidade e alteridade dos Bakairi, com base nas relações entre língua e ontologia articuladas pelo mito cosmogônico? A comparação com formas pronominais, sobretudo de outras línguas Caribe, e a análise morfológica de elementos da série pronominal que inclui o termo *kura* lançam luz sobre as imbricações entre materialidade linguística e o pensamento indígena.

A base gramatical de *kura*: comparação com pronomes pessoais ikpeng

O ikpeng (Ik), língua Caribe meridional falada no Xingu, tem um sistema de pronomes independentes, i.e., que estão fora da morfologia verbal, bastante próximo do encontrado no bakairi. O quadro abaixo com o sistema pronominal do ikpeng mostra como a composição da pessoa inclusiva pode se apresentar como (1) independente do número plural e (2) intimamente relacionada com a primeira pessoa do singular, exigindo, portanto, que a representação formal do pronome seja reanalisada.

Quadro 1: Pronomes pessoais independentes em ikpeng.

| <i>Pessoa</i> | <i>Singular</i> | <i>Plural</i> |
|---------------|-------------------|------------------------|
| 1 | uro 'eu' | — |
| 2 | omro 'você' | omro-ngmo 'vocês' |
| 1 inclusiva. | uguro 'nós (inc)' | uguro-ngmo 'nós todos' |
| 1 exclusiva | tximna 'nós (exc) | — |

Fonte: Pacheco (1997)⁴.

³ O que geralmente acaba por servir como autodenominação do grupo (fato etnográfico bastante comum em todo mundo). Viveiros de Castro (1996, p. 125-126) comenta mesmo que tais nomeações nativas, em oposição à cristalização etnonímica, se encaixam melhor na categoria de pronomes do que de substantivos, visto que possuem menos a denotação de espécie humana biológica do que o escopo de marcadores enunciativos como o termo “nós”, tendo a ver, portanto, com a noção de pessoa social. O caso da língua bakairi, aqui tratado em cotejamento principalmente com outros idiomas Caribe, correlaciona de forma expressa referência enunciativa e noção de pessoa, apoiando a intuição do autor, porém com implicações mais profundas do que a expressão da noção indígena de coletividade. O bakairi possui outra palavra para gente, *toji* que vem caindo em desuso sendo substituída pelo pronome *kura*.

⁴ Ver quadro similar em Campetella (1997, p. 54).

Conforme visto, a primeira pessoa inclusiva em ikpeng é *uguro*. O pronome parece ser composto pela marca de 1 pessoa *uro*, mais outros constituintes. Tais constituintes parecem instaurar não apenas a inclusividade gramatical, mas também a conotação de dual, visto que a língua registra a forma de primeira pessoa inclusiva plural *uguro-ngmo*. De acordo com a análise do sistema pronominal ikpeng proposta por Campetella (1997, p. 51), a língua contaria com a primeira pessoa inclusiva *uguro* como forma dual. Porém, a autora posiciona o pronome dentro do número singular e sem propor segmentação interna.

Em primeiro lugar, pode-se seguir a discussão de Mannheim (1982) e tratar o pronome somente como um tipo específico de referente enunciativo (pessoa) no qual o que está em jogo é a oposição entre a inclusão *versus* a exclusão do alocutário, independente do número gramatical, mesmo que este possa ser expresso morfologicamente. Desta forma, os afixos *u-* e *-g-* podem ser considerados a princípio as marcas que estabelecem primariamente a relação entre dois elementos (e não uma pluralidade, que necessita de outro morfema na língua para ser expressa), sendo que entre ambos o que se sobressairia não é a oposição entre os turnos da fala no discurso que distingue as pessoas gramaticais (1 falante *versus* 2 ouvinte, que, ao se somarem, compõem formalmente a descrição do nós inclusivo). O que parece estar em jogo é o desdobramento do “eu” em duas posições discursivas, conforme sugerido pelo aspecto constituinte da primeira pessoa *uro* no pronome *uguro*. Pode-se, assim, considerar que o ente gramatical chamado de nós inclusivo em ikpeng seja melhor expresso como (1+1) do que (1+2), visto que ao se manter a distinção entre as pessoas gramaticais, se está também indicando certa relação de alteridade não comportada pelo caráter dual do pronome⁵.

Mesmo no âmbito da Linguística mais formalista pode se encontrar visões similares a respeito da pessoa inclusiva. Ao tratar da ausência de marcação de número no sistema nominal do karitiana

⁵ Tanto o caráter de alteridade do pronome de segunda pessoa como o valor analógico dele para demonstrar a posição do “outro” dentro do plano relacional das cosmologias de vários grupos indígenas sul-americanos estão presentes na argumentação de Viveiros de Castro no texto em que o autor lança os fundamentos do Perspectivismo Ameríndio (1996, p. 134-135). As implicações do ponto levantado pelo etnólogo, baseadas na descrição de Benveniste sobre “o aparelho formal da enunciação” serão comentadas mais a frente no presente artigo.

(tronco Tupi, família Arikém), autores ligados à Semântica Formal tecem a seguinte consideração acerca do sistema pronominal, com especial enfoque na pessoa inclusiva:

Note-se que em nenhum dos pronomes “plurais” existe uma marcação de pluralidade, algum morfema que signifique ‘mais de um’. A interpretação de que temos mais de uma pessoa é efetivada pela listagem dos participantes. A primeira pessoa do plural inclusivo *yta-*, por exemplo, significa algo como ‘eu + outro(s) como eu’ (MÜLLER, STORTO e COUTINHO-SILVA, 2006, p. 205).

É importante atentar para o dado etnográfico de que os Karitiana, como os Bakairi, usam a pessoa inclusiva para autodenominação e como termo que significa gente, em oposição àqueles que não pertencem ao grupo (*opok*). Tais articulações entre aspectos da gramática e a cosmologia nativa estão fora do escopo da Linguística formal, o que impede a compreensão mais ampla de fenômenos como os pronomes, elementos linguísticos que estão estritamente relacionados às concepções ontológicas que possuem particularidades bastante específicas no caso dos coletivos ameríndios.

No entanto, tais hipóteses sobre a pessoa inclusiva inferidas a partir da morfologia pronominal *ikpeng* (e corroboradas por análises de outras línguas indígenas como o karitiana), encontram base mais sólida no caso da língua bakairi em virtude de dados sobre as condições discursivas do uso da forma correspondente ao pronome *uguro*, o já citado termo mitológico *kura*, que, conforme pode ser visto abaixo, consta do quadro 2.

De maneira similar ao *uguro* do *ikpeng*, a palavra correspondente em bakairi também é composta pela primeira pessoa do singular (no caso *ura*) acrescida de prefixo (*k-*), que não pode ser relacionado ao número plural, que possui marca própria (*-emo*). Na língua bakairi (*kura itanro*) o sufixo *-emo~mo* indica o plural dos verbos e dos pronomes, que estão intimamente associados à classe verbal. O caso de *kura* é marcado porque quando usado, por exemplo, para se referir ao coletivo de pessoas no qual se inclui o falante pertencente à etnia e os demais parentes (por exemplo, em uma festa, onde os estrangeiros são previamente identificados e excluídos da condição de alocutários

preferenciais pelo sistema sonoro) se apõe à *kura* o afixo *-mondo*, destinado apenas aos nomes, formando coletivos destes (ex: *pekodomondo* “mulherada”; *idamondo* “ancestrais”). Assim, enquanto *kura bakairi* ou simplesmente *kura* se refere ao povo indígena como um tipo particular de gente, *kuradomondo* expressa o coletivo de relações expressas pelo pronome *kura*. Qual então exatamente é a natureza da relação instituída por *kura*?

Quadro 2: Pronomes Pessoais Bakairi.

| Pronomes Pessoais Bakairi | |
|---------------------------|------------|
| 1s | ura |
| 2s | âmâ |
| 3s | mâka/âwâka |
| inclusiva | kura |
| exclusiva | xina |
| 2p | âmâemo |
| 3p | âwâkaemo |

Fonte: Elaboração própria.

No bakairi, o pronome não pode ser enunciado se os interlocutores não compartilharem da mesma refração daqueles considerados como gente (os diversos tipos de *kura* criados pela luz solar). Assim, a sentença “*kura aroi kizemakeagi*” (“Nós ganhamos arroz”) será agramatical se o falante tentar estabelecer através do pronome *kura* a relação entre dois elementos distintos, por exemplo, indígena e não indígena. Portanto, ele é usado para atualizar a inclusão de alguém que já está incluído (EU + EU). Quando a diferença relacional está subjacente (prévia à enunciação), a estrutura linguística seleciona a sequência *ura ama* (eu tu) para ocupar a posição que na sentença anterior estava reservada para *kura* (SOUZA, 1999, p. 49). Assim, a expressão formal da pessoa inclusiva – a soma gramatical 1+2 pessoa – nunca chegaria a se realizar em bakairi porque marca justamente a incomensurabilidade expressa pela distinção entre pessoas gramaticais e étnicas. Como então formalizar a segmentação e a glosa para *kura*, a partir das ideias aqui sugeridas?

A pessoa inclusiva e a noção de gente: o caso kuikuro

Antes de apresentar a possível solução, é esclarecedor ver outros exemplos também provenientes do ramo sul da família Caribe em que estão em jogo concepções ontológicas envolvendo a pessoa inclusiva: os termos kuikuro (Kk) *kuge*. Diferentemente do que se encontra em ikpeng, o vocábulo kuikuro não se limita a função pronominal, visto que também aponta – como o *kura* em bakairi – para entes e coletividades que podem ser classificados como gente.

No que diz respeito ao kuikuro, Franchetto afirma que:

kuge, da língua karib alto-xinguana, poderia ser considerado como derivado de *kuk-uge*, “nós inclusivo-eu”. Em Kuikuro, a expressão *kuge-ha ekisé-i* (*kuge-ENF 3-COP*), “ele é gente/bom”, é dita a respeito de alguém cuja personalidade e comportamento se adequam ao padrão ético-estético. Numa narrativa, o peixe pintado fala para a onça, após lhe ter passado sua pintura maculada: *kuge leha ege-i* (*kuge ASP 2-COP*), “você se tornou gente/bonito” (FRANCHETTO, 2001, p. 156).

A descrição de Franchetto para *kuge* se mostra importante por reforçar linguística e etnograficamente que a noção ameríndia de gente não se limita à espécie humana. Também corrobora a hipótese defendida aqui da origem pronominal de *kura*. Em tese sobre o kuikuro, Santos (2007, p. 55) remete tanto às implicações acerca da noção de humanidade e reconhecimento étnico contidas no pronome quanto à segmentação realizada por Franchetto, mas descrevendo *kuk-* como “prefixo dual inclusivo”. Este, no entanto, diz respeito à expressão formal 1+2-3 e parece ser entendido primordialmente como prefixo pronominal.

O caso bakairi sugere que o tratamento analítico do morfema deve incluir outros aspectos além das funções gramaticais e de referência para o melhor entendimento deste. De fato, a percepção de *kura* como segmentável no prefixo *k-* mais o pronome *ura* já se encontra em Von den Steinen (1892). Porém, o viajante alemão não indaga o sentido de

se por uma marca pronominal a outra, se não haveria uma motivação para a língua recorrer a tal arranjo para compor morfologicamente a pessoa inclusiva em contraposição aos outros pronomes. Assim, levando-se em conta o que tem sido descrito e argumentado até agora sobre a posição pronominal inclusiva nas quatro línguas Caribe Sul, pode-se segmentar e glosar da seguinte maneira o termo em bakairi:

(1) K-URA
.....cosmodual-eu

A segmentação acima pode ser descrita analiticamente da seguinte forma: “duas posições em relação cosmológica + 1 pessoa do singular”. O pronome resultante se apresenta assim como o referente gramatical que pode apontar para dois corpos e envolver duas instâncias discursivas (falante e ouvinte) que se mantêm ontologicamente unificados através do prefixo de relação dual mitologicamente instituída. Tal unidade – que exclui da cena a segunda pessoa com as características ontológicas que lhes são próprias – se realiza através da duplicação do EU, conforme mostra a evidência morfológica que coloca a primeira pessoa *ura* como constituinte do pronome, fato análogo ao encontrado nos termos correspondentes em ikpeng e kuikuro. Assim, a relação dual instituída pelo prefixo não diz respeito ao número gramatical, e nem o poderia porque a morfossintaxe bakairi (assim como a do Ik e Kk) trata as marcas de número como sufixo. Antes, o dual diz respeito ao tipo de inclusividade da pessoa pronominal que remete a aspectos da cosmologia bakairi.

Mas a relacionalidade e a dêixis instituída pela a operação de prefixar *k-* a *ura* não se reduz ao escopo pronominal, pois traz consigo informação de cunho classificatório. Isto porque *k-* é a realização fonológica dos traços semânticos presentes no termo cosmogônico *kura* (a motivação mitológica da pessoa inclusiva como significando “gente”), onde o foco passa das relações da cena enunciativa características da pessoa inclusiva para a relação entre aqueles considerados gente (os diversos *kura*) e outros tipos de seres: os animais (*anguido*), os espíritos, os vegetais e humanos especiais como as bruxas, todos entes associados à classe taxionômica maior de *anguido*. A aplicação do prefixo *k-* com significação mais ampla do que marca pronominal pode

ser vista, por exemplo, nas seguintes oposições:

- 2 (a) kitube (pele):satube (casca)
 (b) kiagahudo (cabelo):xuhudo (penas)
 (c) kâmida (rosto):imida (máscara)

A oposição entre os grupos de seres se expressa linguisticamente na oposição entre o prefixo *k-* (acompanhado de vogal contextual devido ao padrão CV) e as marcas destinadas a não pessoas, representadas pela sílaba inicial formada por sibilante seguida de vogal (SV) e pelo prefixo *i-*. As palavras que trazem *k-* pertencem à classe de nomes inalienáveis, conforme mostra o seguinte paradigma com os prefixos de posse mais a raiz nominal para ‘pele’:

- 3(a) y-tube (minha pele)
 (b) â-tube (tua pele)
 (c) i-tube (a pele dele)
 (d) ki-tube (nossa pele)

No entanto, somente a raiz nominal prefixada pelo dual inclusivo serve como a forma *default* de todos os termos relativos às partes do corpo, conforme atestado desde a gramática do bakairi compilada por Von den Steinen (1892). Fenômeno similar ocorre no ikpeng, porém em relação aos termos de parentesco, que são fornecidos regularmente com o prefixo dual inclusivo, o que desafia o modelo de grade genealógica baseada nas relações de parentesco em torno do EGO individual, segundo observa Menget (2001, p. 199).

É interessante dizer que o Bk possui *t-* como prefixo de posse generalizada, que não é acionado no caso, pois além de inalienáveis, as partes do corpo são entendidas como elementos compartilhados não de maneira abstrata e generalista, mas somente com outro como eu, o princípio relacional expresso pela pessoa dual inclusiva na língua (1+1). O que torna comum as duas instâncias do EU é precisamente a condição de gente, que vai emergir de maneira mais clara na oposição com o que seria o correspondente não humano de determinado componente corporal. No caso em 2(a), a raiz para o que seria o invólucro dos entes é a mesma (*tube*), ocorrendo a distinção entre “pele de gente” e “pele

vegetal” ou casca, através do aporte da oposição prefixal entre k:S⁶.

A oposição *kura:anguido* diz respeito também a diferença linguística entre o *kura itanro/kitanro*, a língua bakairi, e o *anguido itanro*, a língua do começo dos tempos, ainda falada por espíritos e animais⁷. As diferenças linguísticas entre os demais grupos indígenas e não indígenas são internas à categoria maior *kura*. Neste tocante, as distinções encontram outras maneiras de serem expressas entre os Ikpeng. Segundo Menget, a diferenciação maior entre as categorias de seres em ikpeng ocorreria aparentemente fora do sistema pronominal, tendo como base o termo mais geral *tenpano* (homem) em oposição à *ungwo* (animal terrestre ou aéreo), *wot* (animal aquático) e *wonkin* (seres extraordinários). Ainda de acordo com o autor, “a humanidade essencial do nós” para eles envolve também o compartilhamento linguístico, porém este é marcado pelo pronome de pessoa exclusiva, sendo a língua ikpeng chamada de *tximna muran* (MENGET, 2001, p. 132). Assim, o bakairi e o kuikuro se separam do ikpeng por associarem a pessoa inclusiva à noção de gente, sendo que o Bk de forma ainda mais profunda por não separar o pronome da condição ontológica.

Tais considerações sobre a morfologia do ramo Caribe Sul a partir da relação entre o sistema pronominal e a mitologia bakairi são atestadas pela principal linguista a trabalhar com o idioma, que chega a conclusões similares às trazidas aqui acerca do termo *kura*:

⁶ O entendimento da sibilante como marca dos seres fora da categoria *kura* pode ser encontrada em outros fatos da língua, como na distinção entre *awaka* e *maka* – os demonstrativos usados para pessoas e que atuam como 3SG próxima e distante, respectivamente – e aqueles usados para os elementos [-animado], *xira* e *xura*, que se distinguem também pela posição da coisa em relação ao falante. Há ainda em Bk um prefixo pronominal *s-* de 3SG dentro da morfologia verbal. No caso de certas raízes nominais, como as tratadas acima, as sibilantes [s, ♣] trazem a marca de não pessoa própria da chamada 3ª pessoa gramatical, conforme a clássica análise de Benveniste, como da classe de seres *anguido*, segundo a cosmologia bakairi. Estão, no entanto, na forma absoluta, não precisando ser necessariamente possuídas como as contrapartes do lado *kura*. Tal configuração pode remeter a um antigo sufixo de posse exclusivo para não pessoas, agora lexicalizado, mas facilmente percebido como não pertencente à raiz nominal. Existe outro exemplo interessante da oposição fora da classe de termos relativos às partes do corpo. Trata-se dos vocábulos para cadáver humano e animal, respectivamente, *uodo* e *sodo*. A diferença entre as duas palavras reside apenas no segmento inicial, estando a sibilante novamente associada ao elemento não humano. A vogal [u] funciona como prefixo de primeira pessoa absolutiva em bakairi, morfema que também está associado a inúmeras palavras de outro campo semântico de fundo mitológico e com forte conotação identitária, mas que infelizmente não pode ser tratado aqui.

⁷ As oposições não são apenas resultantes da análise linguística. Por exemplo, os próprios Bakairi fazem questão de utilizar gestos agrupados em pares opositivos para demonstrar no discurso quando estão falando de gente (palma da mão para baixo) ou de bichos em geral (mão posicionada lateralmente), de forma a reforçar a oposição *kura:anguido*.

A identidade está constituída na materialidade da língua, o que nos obriga a rever o conceito da forma dual, não como uma simples marca de inclusão do “tu”, o interlocutor, mas como uma marca que só pode ser usada por sujeitos de um mesmo discurso, cuja inscrição se dá numa língua historicamente comum a dois (SOUZA, 1999, p. 49).

A enunciação sem alteridade e a relação dual como realidade ontológica específica

Conforme bem aponta Souza (1999), os fatos sobre a pessoa inclusiva em bakairi demandam que se reveja o pronome como marca de inclusão do “tu” em prol de outro entendimento do termo que dê conta da paridade entre os elementos relacionados (“sujeitos de um mesmo discurso”) expressa, morfológica e gramaticalmente, como se está demonstrando no decorrer do artigo com o auxílio de dados de outras línguas indígenas. Para tanto, é preciso desentranhar a conexão entre alocutário, 2 pessoa e alteridade estabelecida desde Benveniste. Segundo o autor, a realização do ato enunciativo implica a instauração do outro com quem se troca o turno de fala, que ganha materialidade linguística através do índice de 2 pessoa. Nas palavras do autor:

mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. (...) É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produzem na e pela enunciação: o termo eu denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo tu, o indivíduo que aí está presente como alocutário (BENVENISTE, 1989, p. 184).

Na tentativa de representar os traços e a estrutura envolvida na morfologia pronominal, Harley e Ritter (2002) se valem diretamente das proposições de Benveniste para definir o nóculo Participante, que diz respeito aos papéis da cena enunciativa mobilizados pela forma pronominal. “The Participant node and its dependents, Speaker and Addressee, will be used to represent person, specifically, 1st and 2nd person (3rd person being unmarked)” (HARLEY e RITTER, 2002, p. 490),

descrevem. De acordo com as autoras, a pessoa inclusiva é o pronome que exige a completa especificação do nóculo, sendo por isso linguisticamente mais marcada.

Se “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”, conforme afirma Benveniste, há evidências linguísticas que impedem a ocupação automática desta posição enunciativa pela 2 pessoa, como fazem Harley e Ritter sem maiores problematizações. A pessoa inclusiva – que mobiliza maximamente as figuras do locutor e do alocutário – em bakairi está constituída estruturalmente (morfologicamente) pela 1 pessoa singular, que preenche os dois papéis de participantes implicados no pronome, conforme atesta a discussão encetada ao longo do texto sobre o morfema de relação dual *k-* e as restrições de uso do pronome na língua.

É interessante assinalar que, enquanto no bakairi o *k-* (e variantes contextuais) também corresponde ao prefixo pronominal de pessoa inclusiva, em ikpeng tal marca está destinada, em certas configurações sintáticas, à 1 primeira pessoa do singular. Tal fenômeno parece ser revelador sobre a relação profunda entre as instanciações da primeira pessoa do singular e a conformação morfológica, o comportamento gramatical e as concepções ontológicas expressas pelas diversas manifestações da pessoa inclusiva nas duas línguas. Também um dos muitos alomorfes do prefixo de pessoa inclusiva em ikpeng (*kur-*, de acordo com Pacheco (1997)) corrobora com as teses aqui apresentadas, visto que possui forma praticamente idêntica ao pronome independente correspondente em bakairi. Se o afixo for segmentado segundo o princípio usado para o *kura* em Bk e o *kuge* em Kk (cf. descrição acima em Franchetto (2001), que isola o pronome de 1 pessoa singular UGE como componente do termo), teríamos a marca de dual *k-* ligada à marca de 1 pessoa singular *ur-*, que adota a vogal inicial da raiz verbal em substituição àquela presente na forma independente URO⁸.

⁸ As análises de Pacheco (1997) e Campetella (1997), conforme dito, não trazem proposta de segmentação para o pronome independente *uguro*. No que diz respeito às marcas de pessoas na morfologia verbal, Campetella (1997, p. 51) propõe que alomorfes da pessoa inclusiva como *ugw-* sejam a composição entre a marca de primeira pessoa do singular (*g-*) e aquela referente à segunda pessoa do singular *w-*, que se trata claramente de alomorfia por motivação fonológica de *o-*, que ocorre em maior número de contextos. A comparação com outros alomorfes/afixos de outras séries pronominais como *kur-* e com o próprio pronome independente *uguro* mostram que *ugw-* se depreende da forma plena da pessoa inclusiva e traz

Outra noção que envolve o pronome *kura*, a relação dual, também precisa de maiores considerações, por razões similares àquelas dirigidas à descrição canônica da pessoa inclusiva. Ambas contam com o mesmo pressuposto ontológico: a de que os participantes da enunciação e os elementos do dual (expresso mais comumente como número gramatical) são entidades discretas, individualizadas, colocadas em conjunção por operações linguísticas. Com isso, dois indivíduos jamais podem ser a mesma pessoa gramatical ou social. Portanto, o participante que não vocaliza – no caso da pessoa inclusiva – deve sempre emergir através de oposição e diferenciação representada pela marca do “não eu” (2 pessoa). Neste caso o dual serviria apenas para indicar o conjunto matemático formado por dois componentes que se mantêm discerníveis, conforme se infere pela definição fornecida por Harley e Ritter como possibilidade combinatória interna ao nóculo correspondente ao número dentro da proposta das autoras de representação não linear dos traços morfológicos pronominais:

The addition of dual to a number system is attributed to the simultaneous activation of Minimal and Group, just as inclusive was represented by Speaker with Addressee above. The combination of Minimal and Group captures the intuition that the smallest possible non-singleton set contains two entities (HARLEY e RITTER, 2002, p. 499).

Observe-se que o foco da definição de dual está na quantidade de “entidades”, que se mostra interessante do ponto de vista linguístico – o número dual é marcado translinguisticamente (Cf. NEVINS, 2006) – por estar ao mesmo tempo além do singular e aquém do plural. Possíveis concepções ontológicas capazes de serem expressas verbalmente através de recursos como o dual estão fora de cogitação, embora esta pareça ser o caso desta possibilidade gramatical em muitas línguas, como as faladas na Melanésia. Tais noções de pessoa manifestas na marca de dual inclusive subvertem a questão do quantitativo numérico, visto que não se trata nunca de duas entidades, mas apenas de uma, que, no entanto, não é individual nem autocontida, visto que se

consigo os principais elementos que a constituem: a duplicidade do EU e o afixo relacional que a estabelece.

apresenta como paridade envolvendo instâncias as mais heteróclitas como corpo, posição de parentesco, personalidade, cuja participação uma na outra as tornam indiscerníveis. Ou seja, são sempre tomados como uma unidade desdobrável.

É como Maurice Leenhardt afirma sobre a expressão do dual em houailou (língua austronésia falada pelo povo outrora denominado Canaque, na Nova Caledônia):

The Canaque retains not one or the other of the two personages, but a third one, known by the noun assigned to it. This third personage constitutes an entity: uterine uncle and nephew or grandfather and grandson, which our eyes obstinately see as two, but which form a homogeneous whole in Canaque's eyes. They are elements of a parity. The term which designates them is not composed of their two names in juxtaposition, but of the noun for only one of them added to the dual form (LEENHARDT, 1979, p. 98).

Existem certas similaridades entre a estrutura morfológica dos duais nominais houailou analisados por Leenhardt e o termo *kura* em bakairi. A comparação abaixo entre a palavra para o ente surgido do laço avô-neto e o pronome caribe deve se mostrar esclarecedora para uma compreensão maior do alcance da realidade ontológica designada pelo dado ameríndio:

- (3)
- a) DU-AERI
dual-neto
 - b) K-URA
cosmodual-eu

Ambos os exemplos tem o (cosmo)dual como partícula que se afixa a um único elemento. O segundo componente, embora seja conhecido (o avô no caso houailou e o outro “eu” para o dado bakairi), na realidade se mostra desnecessário porque o que as formas duais querem nomear é o ente-relação, que tem existência própria independente dos elementos. “The Canaque does not separate out the fact that the two elements form an entity; he “feels” or “senses” the relationship which joins them; he retains it and names it”, ressalta

Leenhardt (1979, p. 100). Esta ontologia relacional se contrasta em muitos aspectos com a noção de pessoa mais proeminente na cultura ocidental moderna, o Individualismo (DUMONT, 2000). Assim, não parece ser fortuito que o nódulo de número de Harley e Ritter seja denominado justamente de “individuation”, concorde com concepções ontológicas que não são absolutamente universais, mas cultural e historicamente localizáveis. Isto reforça a proposta feita no artigo de um morfema “cosmodual” que recobriria funções gramaticais, lexicais, discursivas e extralinguísticas que a categoria linguística dual pode ter em línguas como bakairi e o houailou.

Considerações finais: o pronome cosmológico *kura*

A discussão dos dados linguísticos e antropológicos apresentados no artigo tem repercussão em questões importantes para as áreas do conhecimento aqui articuladas. No que diz respeito ao estabelecimento de relações genéticas entre línguas do ramo sul da família Caribe, a descrição e segmentação dos sistemas pronominais em foco apontam a similaridade dos elementos que compõem a pessoa inclusiva em três línguas pertencentes ao subgrupo. Tanto o bakairi como o ikpeng e o kuikuro contam com a 1 pessoa singular (*ura*, *uro*, *uge*, respectivamente) como base da pessoa inclusiva. Nenhum formativo indicando o número gramatical se encontra presente, sendo que apenas o ikpeng possui forma plural específica para a pessoa inclusiva. Isto nos leva a interpretar, no esteio de outros estudos sobre as línguas Caribe Sul, o outro componente encontrado (o sufixo *k-* em Bk e Kk e o infixos *-g-* em Ik) como expressando a relação dual, que integra o sistema pronominal e não a categoria de número gramatical.

A particularidade, ao menos no caso bakairi, é que o dual tem implicações classificatórias fundadas na mitologia, o que explica a categorização dele como “cosmodual”. O dual cosmológico bakairi relaciona não alteridades, mas semelhantes, escapando do processo de distinção dos índices de pessoa (1 e 2) – e portanto de diferenciação ontológica – estabelecido pelo intercâmbio de posições enunciativas sugerido de forma pioneira por Benveniste e reiterado em propostas

recentes de descrever e organizar os traços morfológicos contidos nas formas pronominais (cf. HARLEY e RITTER 2002), conforme comentado.

Que se trata de semelhantes, as associações cosmogônicas/classificatórias do pronome *kura* e as restrições no que diz respeito à inclusividade dele (deve haver igualdade identitária para que a forma pronominal possa ser usada) comentadas no decorrer do texto parecem demonstrar o ponto de maneira suficiente para o caso bakairi. Assim, a descrição canônica da pessoa inclusiva, que reflete as implicações ontológicas inferidas no conceito de alocação de Benveniste não se aplica para a língua bakairi. O *Kura Itanro*, ao invés de detalhar a marca pronominal como a relação enunciativa entre EU (URA) e o OUTRO (TU, ÂMA), torna possível a troca de turnos de fala entre EU e EU (1+1) quando integrantes do mesmo tipo de seres gente (*kura*) criados pela luz solar, em oposição sobretudo aos animais (*anguido*), mas também aos híbridos (*kurama*) e aos não gente (*kurakeba*).

Portanto, em termos tipológicos, as línguas podem apresentar duas maneiras distintas de fazer a pessoa inclusiva relacionar as pessoas do discurso: a mais usual pressupõe a diferença prévia do interlocutor que vai ser integrado pela situação enunciativa criada pela forma pronominal inclusiva. A segunda, exemplificada pelo bakairi (e possivelmente por outras línguas como o karitiana e mesmo o kuikuro) depende da equivalência ontológica anterior entre locutor e alocutário para que a própria marca pronominal seja utilizada, reconhecendo que diante de si se encontra alguém como EU, não OUTREM. Ou seja, no bakairi, a pessoa inclusiva não serve de demonstração do intercâmbio de posições entre identidade e alteridade a partir da cena enunciativa, mas serve antes para reafirmar/retomar discursivamente as relações previamente constituídas.

A discussão trazida no artigo também possui implicações para as interpretações correntes acerca do mundo indígena sul-americano, como o Perspectivismo de Eduardo Viveiros de Castro, que se funda na noção de dependência estrutural da alteridade no pensamento ameríndio, assinalada por Lévi-Strauss (1993). O autor se baseia justamente na teoria da enunciação de Benveniste e na condição de alteridade implicada na marca de 2 pessoa para compor o texto que lança as bases da abordagem perspectivista, alçando a cena enunciativa

benvenistiana ao patamar de uma trama cosmológica tupi travada entre deuses canibais e guerreiros araweté:

a Sobrenatureza é a forma do Outro como sujeito, implicando a objetivação do eu humano como tu para este outro. (...) Quem responde a um "tu" dito por um não-humano aceita a condição de ser sua "segunda pessoa", e ao assumir por sua vez a posição de "eu" já o fará como um não-humano (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.135).

Assim, os pronomes cosmológicos do autor são um efeito discursivo com o fim heurístico de sublinhar a centralidade da noção de alteridade e transformação de perspectivas no mundo relacional ameríndio. Este não é o caso do termo *kura*, que é efetivamente um pronome cosmológico, visto que correlaciona mitos narrados pelos próprios Bakairi com o idioma que eles preservam. E ao invés da alteridade, a qualidade existencial mobilizada pelo pronome *kura* é a "mesmidade", o compartilhamento linguístico, enunciativo e ontológico que torna gente a um povo.

Referências bibliográficas

ABREU, José Capistrano de. Os Bacaeris: estudos e ensaios. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3-4, p. 155-197, 1895.

BENVENISTE, Émile. O Aparelho Formal da Enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

CAMPETELA, Cilene. **Análise do Sistema de Marcação de Caso do Ikpeng**. 1997. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas, [1997].

DUMONT, Louis. Do Indivíduo-fora-do-Mundo ao Indivíduo-no-Mundo. In: _____. **Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 35-71.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e histórias no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Org.). **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 11-23.

GILDEA, Spike. **Comparative Cariban Morphosyntax**: on the genesis of ergativity in dependent clauses. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - School of University of Oregon, [1992].

HARLEY, Heidi; RITTER, Elizabeth. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. **Language**, v. 78, n. 3, p. 482-526, 2002.

LEENHARDT, Maurice. **Do Kamo: person and mith in the melanesian world**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MEIRA, Sérgio; FRANCHETTO, Bruna. The southern Cariban languages and the Cariban family. **International Journal of American Linguistics**, v. 71, p. 127-192, 2005.

MANNHEIM, Bruce. Person, Number and Inclusivity in two Andean Languages. **Acta Linguistica Hafniensia**, v. 17, n. 2, p. 139-156, 1982.

MENGET, Patrick. **Em nome dos outros**: classificação das relações sociais entre os Txicão do Alto Xingu. Lisboa: Assírio & Alvim, 2001.

MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana; COUTINHO-SILVA, Thiago. Número e a distinção contável-massivo em Karitiana. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1-2, p. 185-213, 2006.

NEVINS, Andrew. Dual is Still More Marked Than Plural. **Harvard Working Papers in Linguistics 12**, 2006.

PACHECO, Frantomé. **Aspectos da Gramática Ikpeng (Karib)**. 1997. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, [1997].

SANTOS, Gélsama Mara Ferreira dos. **Morfologia Kuikuro: gerando nomes e verbos**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2007].

SOUZA, Tânia Clemente de. **Discurso e Oralidade**: um Estudo em Língua Indígena. Niterói: MCII/UFF, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-143, 1996.

VON DEN STEIN, Karl. **Die Bakairi-Sprachen**. Leipzig, 1892.

Recebido em: 08/09/2014 * Aprovado em: 17/03/2015 * Publicado em: 30/06/2015
